

Editorial

Notas sobre a formação na pós-graduação e os impactos no trabalho de edição

A escrita de um editorial para uma revista científica tem duas tradições bem distintas, a primeira mais próxima de uma apresentação, enumera o que foi feito naquele número, uma espécie de índice comentado que atrai poucos leitores, de leitura desagradável e redundante – o sumário já nos diz quais textos encontraremos ali e os resumos dos textos o que encontraremos neles – e uma segunda tradição que flerta com a defesa de uma tese, a provocação ao debate ou jogar luz sobre alguma questão sensível tratada ao longo da publicação. As duas tradições estão por todos os campos de conhecimento a servir de preâmbulo às mais diversas publicações. Também, poderia acrescentar a esta dupla um *ensemble des idées* das duas, também frequente, e que trabalha com ambas as necessidades editoriais – dizer algo e apresentar os textos publicados – com as dificuldades encontradas por todos os personagens híbridos: não cabe numa categoria, num gênero, é ao mesmo tempo de mais e de menos e, por final, sempre soa como algo estranho e feito para se cumprir uma praxe, uma tradição que nos tempos acelerados e hiperdispersivos que vivemos parece anacrônica. Digo isso apenas para que o caráter estranho desse editorial figure como um valor, já que, de fato, não restam dúvidas de seu lugar como patinho feio dos textos acadêmicos.

Trabalhar com edição de periódicos científicos é uma das tarefas mais inglórias no rol das atribuições que tocam os professores universitários brasileiros, pois, na maioria dos casos significa um trabalho adicional, feito nos finais de semana, nas férias a avançar sobre o pouco de vida privada que nos resta. Pode-se acrescentar a isso o trabalho não remunerado, os constantes pedidos e assédios dos candidatos a autores e o trabalho ininterrupto para se entender que essa ocupação passa longe da pompa que o termo editor pode sugerir. É na maior parte do tempo uma luta contra o senso comum acadêmico, os “achismos” que povoam nosso fazer cotidiano e o “ouvi dizer por aí” que impactam negativamente o trabalho de edição e, conseqüentemente, todo o sistema de avaliação da pós-graduação.

Apesar disso, o trabalho com a publicação científica segue como um dos mais essenciais ao sistema de avaliação da pós-graduação brasileira, pois um descuido pode significar a queda na nota de inúmeros programas de pós-graduação (PPG), cuja principal parcela de produção científica é composta pelas publicações seriadas avaliadas pelo Qualis Periódicos. E um único periódico pode ser informado por dezenas e até centenas de Programas de distintas áreas do conhecimento. Com frequência, a presença de um periódico bem ou mal avaliado na Coleta dos programas de pós-graduação junto à Plataforma Sucupira pode significar a ascensão, a manutenção ou a queda dos indicadores de qualidade de todo um programa, impactando a representação que se construiu dos professores, de uma faculdade e até de uma Instituição de Ensino Superior, por isso, penso ser necessárias as anotações a seguir como provocação ao campo, na medida em que produzirem algumas reflexões a retirarem um pouco da nebulosidade que paira sobre os temas tratados aqui.

1. Não há uma formação específica para os professores da pós-graduação. Se imaginarmos que o processo de formação pelo qual passa um professor universitário como o necessário para seu ingresso como professor em nível de graduação tal como nos informam os editais de concurso, estamos construindo uma imagem muito potente: de um sujeito que estudou pelo menos dez anos após o Ensino Médio entre graduação, mestrado e doutorado apenas para poder aceder à condição de professor do magistério superior. Já o ingresso da maioria desses professores na pós-graduação não se dá por nenhum reconhecido processo formativo, mas por seleções internas ou credenciamentos, que mais se assemelham ao preenchimento de um formulário que um processo que atenda a interesses futuros de um programa. E esse sujeito, quase sempre tendo como única experiência na pós-graduação sua condição de aluno, vê-se alçado à condição de orientador de dissertações de mestrado e teses de doutoramento pressionado num sistema de produção científica do qual conhece pouco e só teve um vislumbre do que poderia vir a ser quando de sua experiência como estudante-pesquisador.

Diferente de muitos países ocidentais a carreira universitária no Brasil diz pouco sobre o posto ocupado pelo professor e não há muita diferença -- fora a salarial --- do que pode fazer um professor auxiliar (a base da carreira das universidades federais e em muitas estaduais) e um professor titular (o topo). E nas universidades federais, na maioria dos casos, o ingresso se dá pela condição de adjunto, ou seja, pela metade da carreira. A carreira, tal como está organizada, pouco contribui para a formação do professor da pós-graduação, pois não contribui para o amadurecimento do professor que pesquisa.

O Pós-Doutorado, que é utilizado na maioria dos países com um sistema universitário mais maduro que o nosso, como a formação do professor em início de carreira, em nosso sistema foi convertido em uma espécie de modalidade de licença para afastamento, na qual se desenvolve uma pesquisa junto à outra universidade, mas gozada indiscriminadamente por professores em diferentes fases da carreira, do início ao fim, incluindo os que não pesquisam. Recentemente, algumas mudanças nos mecanismos de avaliação informam que houve alguma mudança nesse sentido, como a retirada do item Pós-Doutorado no Currículo Lattes do campo de formação acadêmica/titulação, deixando evidente que não se trata de um novo título e a interdição ao vínculo empregatício em, pelo menos, duas modalidades do regulamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado (PNPD/CAPES)¹ e a menção a jovem ou recém doutor em muitos editais do PNPD diz algo também, mas não o suficiente para que se entenda a natureza formativa que o pós-doutorado poderia ter em nosso sistema, servindo justamente de processo formativo para os professores que viriam atuar na pós-graduação.

1 Brasil (2013). Regulamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado – PNPD. Disponível em http://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_86_2013_Regulamento_PNPD.pdf. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

Ou seja, nossos professores começam a atuar na pós-graduação ao mesmo tempo em que descobrem *pari pasu* como se dá seu funcionamento, aprendem a escrever artigos científicos, publicar, orientar e essas descobertas podem levar anos. A falta de um processo formativo para os recém-doutores explica em parte as dificuldades por que passam no sistema de pós-graduação brasileiro, mas o próprio sistema também parece não entender o que propõe utilizando uma linguagem ambivalente para tratar de algo que deveria ser simples, muito mais simples. Falaremos disso um pouco mais na nota seguinte.

A falta de uma formação específica impacta de forma muito negativa o processo de edição de periódicos nacionais, na medida em que é preciso, no processo de edição, formar também os autores majoritariamente treinados dentro de uma lógica relatorial de escrita, descritiva ao extremo, e adicionalmente pouco argumentativa, crítica e científica. Os editores de periódicos que deveriam labutar para a sofisticação dos argumentos, quase sempre, ocupam um bom tempo tentando transformar o texto enviado em algo legível e com uma linguagem minimamente científica – algo que parece, no mínimo, surreal quando pensamos nas representações do intelectual que circulam pelos corredores de nossas universidades.

2. O sistema Qualis confunde-se, na linguagem ordinária, com ranqueamento. Quem atua na edição de periódicos científicos já ouviu provavelmente dezenas de vezes por semestre, e por diferentes vias, a pergunta “qual é o Qualis de sua revista?” que revela certo tipo de consumo das publicações, quanto maior o estrato Qualis² da revista mais valor ela teria, e por isso saber o Qualis da revista antes de enviar um artigo deveria garantir algum tipo de segurança sobre a qualidade ou mesmo a garantia da estratificação indicada para a próxima avaliação da Qualis Periódicos da Capes, que sempre é bom avisar, só ocorre a cada quatro anos. A pergunta antes de qualquer coisa é reveladora das mistificações que circundam todo esse sistema.

A própria Plataforma Sucupira adverte seus usuários sobre os usos fora do sistema de avaliação da pós: “A função do Qualis é exclusivamente para avaliar a produção científica dos programas de pós-graduação. Qualquer outro uso fora do âmbito da avaliação dos programas de pós-graduação não é de responsabilidade da CAPES”³. E ainda, a avaliação disponível refere-se sempre ao quadriênio anterior e não ao corrente. O autor ao usar esse critério para decidir uma publicação está usando uma medida que não vale mais para decidir onde publicará. Mais valeria saber os Critérios de Classificação da Área do que saber o estrato em que foi classificada uma revista na avaliação passada, pois será com base nesses critérios que a revista será avaliada e seus estratos utilizados para a pontuação dos PPGs no quadriênio corrente. O uso

2 O Qualis Periódicos utiliza as seguintes nomenclaturas para identificar em seus estratos as publicações seriadas nacionais e internacionais que sejam apresentadas no processo de Coleta da CAPES: A1, A2, B1, B2, B3, B4, B5 e C, sendo A1 o estrato mais alto e C o mais baixo.

3 CAPES (S/d). Qualis-Periódicos. Para que serve?. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/index.jsf;jsessionid=Ncdrt9Lp5LLeH1LOWwc-HiYg.sucupira-205>. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

do estrato como algo em si pode induzir um autor a dedicar seu texto a uma revista que supostamente figuraria entre os mais altos estratos e, logo após a avaliação, a revista cair de estrato, prejudicando assim seu programa. Penso que os professores precisariam conhecer como mínimo os documentos de sua Área de Avaliação e os Critérios de Classificação, mas se isso parecer demasiado, a leitura o texto “Dez coisas que você deveria saber sobre o Qualis”⁴ da professora Rita de Cássia Barradas Barata, ex-diretora de avaliação da CAPES também ajudaria muito a amadurecer alguma compreensão do jogo no qual se insere todo professor quando solicita credenciamento junto a um Programa e facilitar um pouco os trabalho dos editores, que não precisariam dedicar tanto tempo explicando como funciona algo que deveria ser de conhecimento dos profissionais envolvidos.

3. Os alunos sabem pouco de como são avaliados os programas de pós-graduação e mal sabem como fazer o que lhes é exigido. É muito frequente um aluno chegar aos cursos de graduação sem saber fazer um resumo, uma resenha ou um artigo de opinião, também é muito frequente que saia sem saber como escrever as tipologias mais frequentemente publicadas em revistas, ensaios e artigos científicos⁵. De início, nos cursos de graduação da área de Educação não há uma preocupação com a produção de escrita autoral prevalecendo o modelo do relatório descritivo como produção mais frequente, talvez pela reprodução dos modelos de relatório de estágio. Nos cursos em que atuei ao longo da vida, em distintas instituições, tal ocupação está concentrada em raros momentos ao longo do curso em disciplinas de escrita científica, e no final do curso, como trabalho final, o famigerado TCC. É no mestrado que a maioria dos estudantes se deparará com uma produção escrita mais frequente, e acelerada, no qual prevalecerá a escrita como um exercício incerto de sua natureza e objetivos, mais propriamente trabalhos finais de disciplinas cursadas de maneira concomitante ao desenvolvimento da pesquisa. As dissertações, cada vez mais próximas dos TCC de graduação no tom aligeirado, colaboram pouco no processo de aprofundamento

4 Barata, R B. (2016) Dez coisas que você precisa saber sobre o Qualis. In: Revista Brasileira de Pós-Graduação, v. 13, nº 30, p. 13-40. Disponível em <http://ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/947>. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

5 Se formos um pouco mais longe, o relatório do INAF de 2016 indica números alarmantes de alfabetismo funcional dos egressos do Ensino Superior, na escala utilizada para categorizar os dados apenas 22% do total da população estudada estaria na condição de proficiente, os demais enquadrados como rudimentar (4%), elementar (32%) e intermediário (42%). Esses números nos dizem algo do público egresso das universidades e, na pós-graduação, apesar da falta de dados sobre, podemos intuir, justamente por receber os egressos dos cursos de graduação, que algo desses dados por lá sejam reproduzidos em algum percentual. Na pesquisa de 2018 há um avanço no percentual de pessoas alfabetizadas funcionalmente na escala proficiente (50%), mesmo assim o dado ainda é significativo do tipo de leitura e escrita que vem sendo desempenhada no Ensino Superior. Para consultar os dados ver: Lima, A., Ribeiro, V. M & Catelli Jr, R. (2016). Indicador de Alfabetismo Funcional –INAF: Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa. Disponível em: http://acaeducativa.org.br/wp-content/uploads/2016/09/INAFEstudosEspeciais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf. Acesso em 15 de fevereiro de 2019. Já os resultados parciais 2018 podem ser encontrados na seguinte referência: Lima, A. & Catelli Jr, R. (2018) INAF Brasil 2018: Resultados preliminares. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa. Disponível em: http://acaeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf. Acesso em 16 de fevereiro de 2019.

da capacidade de escrita e compreensão, pelo aluno, do sentido que a publicação de um texto tem numa comunidade científica, e o impacto dessa publicação no sistema nacional de avaliação da pós-graduação. Publicar, para a maioria dos alunos, aparece como uma exigência a mais, quase uma absurda obrigação para quem está desenvolvendo a primeira pesquisa científica. Muito desse efeito é minimizado no processo de doutoramento, quando o pesquisador mais persistente já se adequou ao *modus operandi* sabendo fazer aquilo que é exigido mais por insistência que por um processo formativo que evidenciasse alguma intencionalidade.

Se a produção científica é um elemento tão importante da avaliação, deixar que os alunos descubram por si mesmos essa importância revela o *laissez faire* que é a formação pós-graduada no Brasil e a falta de intencionalidade na criação de PPGs que parecem atender a outras questões, ainda inescrutáveis tanto quanto a veledade permite camuflar.

4. Como editor venho labutando com esses problemas há mais de uma década, em diferentes instituições e áreas do conhecimento, sendo constantemente cobrado por questões que fogem ao trabalho mais imediato do trabalho editorial. Quando troco alguma experiência com colegas editores de outros países e estes me relatam do trabalho como texto e as melhorias para que a escrita dos autores alcance a qualidade exigida pelo campo (referências atuais, argumentações, desenvolvimento dos itens propostos na escrita a partir das avaliações cegas) vejo como meu trabalho se assemelha mais a enxugar gelo e responder mensagens equivocadas sobre o trabalho (autores que querem aprovação prévia de textos que nem foram enviados, estudantes tentando enviar seus exercícios disciplinares para publicação em uma revista científica e professores que parecem desconhecer o básico de sua profissão perguntando em mantra “qual o Qualis da revista?”). Parece uma luta sem fim e sem escape.

Talvez um dos caminhos, como conjecturado mais acima seria um processo formativo no qual o sujeito desde a graduação passasse por etapas que garantissem uma aprendizagem mínima de questões epistemológicas, metodológicas, normativas e do fazer acadêmico no que tange à produção científica. De outra forma seguiremos sempre tentando tapar o buraco com mais uma resolução, que só contribuirá para o aprofundamento das confusões elencadas até aqui e que atolam as editorias de textos a serem recusados, ocupando assim o tempo produtivo de editores e avaliadores com algo ainda incipiente, sem substância ou impróprio para publicação de forma seriada, arbitrada e científica.

Na presente edição da Revista Linhas Críticas, procuramos atender a alguns aspectos do corrente processo de avaliação. Começamos a gerar para todos os textos publicados um identificador de objeto digital, nesse caso o DOI, que além de ser um critério de avaliação também contribuirá para que nossa base de dados de textos seja acessada mais diretamente e os autores ainda poderão produzir um enlace de nossa revista

diretamente no Currículo Lattes. Também atendendo às exigências, passamos a editar a Linhas Críticas na modalidade *ahead of print*, reduzindo assim o tempo de publicação dos textos após o recebimento. Entendemos que assim atendemos mais um dos critérios, dentre os muitos que contemplamos com algum excesso, e nos abre o horizonte para que outros avanços se deem no ano seguinte.

Nesse volume publicamos dois dossiês, tão diferentes quanto podem ser as trajetórias formativas em Educação em distintas partes do mundo. Iniciamos com o dossiê *Narrativas, Educação e Saúde: o sujeito na cidade*, organizado pelo professor Elizeu Clementino de Souza, da Universidade do Estado da Bahia e pela Professora Christine Delory-Momberger, da Université Paris 13 -- Sorbonne Paris Cité. Nele, os professores compilaram um conjunto de textos nos quais apresentam uma

diversidade de reflexões e temáticas abordadas nos textos do presente dossiê voltam-se para discussões sobre doenças crônicas (esclerose múltipla e HIV/Aids), narrativas virtuais sobre adoecimento e cronicidade, narrativas sobre HIV/Aids, obesidade e rejeição, redes sociais e cuidado de tetraplégicos, infância e autismo, trabalho docente e narrativas infantis em classes hospitalares, atuação da enfermagem na escola, psiquiatria e gesto profissional, formação de profissionais de saúde. Um fio condutor mobiliza as reflexões e teorizações das pesquisas e dos textos que integram o dossiê, ao tomarem dimensões e princípios da pesquisa biográfica e autobiográfica, por meio das narrativas e experiências com a doença e/ou com as ações de cuidado e de trabalho de diferentes profissionais de saúde, face aos processos educativos que remetem à doença⁶.

A temática é extremamente relevante na medida em que se começa a configurar um interesse pelas pesquisas narrativas na área de Saúde, em especial pela Pesquisa Biográfica-Narrativa em Educação nos processos de produção de sentido e autoaprendizado nas situações de adoecimento e sofrimento. A tradição francesa nesse debate, bem como seus ecos e traduções brasileiras estão bem representados no conjunto de textos do dossiê.

O segundo dossiê discute a Didática Desenvolvimental, organizado pelo professor Roberto Valdés Puentes, da Universidade Federal de Uberlândia e apresenta, a partir de diferentes perspectivas histórico-culturais, esta tradição marxista do pensamento psicológico. Nas palavras do próprio organizador:

A didática desenvolvimental, enquanto ciência interdisciplinar, vinculada à Pedagogia, ocupa-se da organização adequada da atividade de ensino-aprendizagem-desenvolvimento, tendo o ensino intencional como seu objeto, a aprendizagem como condição e o desenvolvimento das neoformações e da personalidade integral do estudante, especialmente do pensamento teórico, como objetivo. Em outras palavras,

6 Souza, E.C & Delory-Momberger. Apresentação: Narrativas, educação e saúde: o sujeito na cidade. In: Revista Linhas Críticas, vol. 23, 2018, p. 8-13. Disponível em <http://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/20274/18726>. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

a didática se ocupa do estudo dos princípios mais gerais de organização adequada da atividade de ensino ou instrução, tendo as leis do desenvolvimento mental da criança, as particularidades das idades e as características individuais da aprendizagem como condições desse processo⁷.

Abrindo a seção de artigos recebidos em fluxo contínuo encontramos o texto *Cultura digital versus autoridade pedagógica: tendências e desafios*, de Adilson Cristiano Habowski e Eliane Conte, da Universidade La Salle, no qual discutem a crise da autoridade pedagógica frente aos avanços dos artefatos tecnológicos em sala de aula. Um debate muito frequente no senso comum educativo e que tem ganhado espaço como interesse de pesquisa frente aos avanços dos artefatos tecnológicos e os impactos gerados pelo uso concorrente dos aplicativos, games e redes sociais à aula.

O segundo texto, de autoria de Paula Gomes de Oliveira, intitulado *Trabalho pedagógico com as narrativas: processos de autoria e relações estéticas* tem como objetivo discutir como os alunos de uma escola dos anos iniciais do ensino fundamental, desenvolvem a condição de autores e quais relações podem ser estabelecidas a partir do contato com as narrativas. A necessidade de formação autoral, abordada mais anteriormente nesse editorial, retorna agora como objeto de pesquisa, reforçando o caráter urgente dessa discussão e da necessidade de estudos mais profundos, menos instrumentais e articulados com processos formativos concretos que colaborassem para a formação autoral desde o ensino fundamental.

Adilson Cristiano Habowski e Elaine Conte retornam nesse mesmo volume com o ensaio *A questão do exílio em Theodor Adorno e Paulo Freire*, refletindo sobre a questão do exílio na vida-obra dos autores que enfrentaram cada um ao seu modo, a difícil luta contra regimes totalitários e entenderam ser a educação a saída para que uma sociedade fugisse à barbárie que parece sempre tão iminente. Se tomarmos a frase de Edward Said, em seu clássico sobre a representação dos intelectuais, na qual diz: “O exílio é um dos destinos mais tristes⁸” podemos entender como as trajetórias diaspóricas dos intelectuais tem algo de sofrido e doloroso, como todo exílio, mas também um corte com as comunidades imaginadas às quais pertenciam e pretendiam, como autores, pensar sua identidade como Estado-Nação, agora, em outra comunidade precisam imaginar outra forma de viver e pensar, o que por vezes produz rupturas sem possibilidade de reconciliação e muito sofrimento.

Em *La doble visión de la educación permanente: dos perspectivas analíticas*, Peter Alheit e Rafael M. Hernández-Carrera, professores, respectivamente, da Georg-August-University of Göttingen, Alemanha, e da Universidad Internacional de La Rioja,

7 Puentes, R. V & Longanezi, A. M. Escola e Didática Desenvolvimental: seu campo conceitual na tradição da teoria histórico-cultural. In: Educação em Revista, Mar 2013, vol.29, nº1, p.247-271. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982013000100012&lng=en&nrm=iso. Acesso em 15 de fevereiro de 2019.

8 Said, E. (2017) *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras.

Espanha, retomam o conceito de Educação Permanente evidenciando os processos de redução por que passa tal concepção em especial em sua relação com o conceito de Educação ao Longo da Vida, do qual, por vezes, é tomado como sinônimo.

Fechando a seção Artigos, Paulo Marinho, da Universidade do Porto e Marinaide Freitas, da Universidade Federal de Alagoas, identificam e caracterizam categorias que emergem na cultura escolar e profissional docente e que implicam nas ações cotidianas dos professores. Desenvolvido a partir de grupos focais com professores de uma escola da rede de ensino público brasileiro, o artigo aponta para a existência de processos complexos na reprodução das culturas profissionais docentes, marcados pelo individualismo e pelo sofrimento.

E finalizando o volume de 2018 publicamos uma entrevista com o professor emérito da Universidade de Brasília, Pedro Demo, feita por Eunice Andrade de Oliveira Menezes, professora da Universidade Estadual do Ceará, na qual são abordadas questões caras à produção de conhecimento nas universidades como a atitude política em pesquisa, o princípio científico e educativo das investigações em educação.

Como dito no início desse texto, escrever um editorial, em especial após o advento das edições eletrônicas e do consumo unitário dos textos, é um exercício difícil e, acredito, em processo de extinção, e a simples apresentação dos textos já foi abolida em inúmeras revistas ao redor do mundo. Por enquanto insistimos nessa escrita na esperança de que encontre alguma leitura e recepção junto aos colegas, alunos e sujeitos interessados na publicação dos resultados de pesquisa e na divulgação científica. Dito isso, resta agradecer aos leitores e pedir que promovam a difusão da revista replicando os enlaces em suas redes.

Rodrigo Matos de Souza

Editor-chefe